



Protásio Nêgo/AE

Joaquim Roriz (sentado): festa para comemorar a vitória na Justiça Eleitoral

Aliados fazem lobby por Roriz

BRASÍLIA — Um forte lobby político precedeu ao julgamento do registro da candidatura do ex-governador de Brasília, Joaquim Roriz, quarta-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Apesar de garantirem a total independência do Poder Judiciário, os sete ministros do TSE não escaparam do "lobby" exercido por forças do atual e do antigo governo — todos interessados em garantir a candidatura de Roriz ao estratégico governo de Brasília. O ex-presidente José Sarney, por exemplo, se encarregou de telefonar e conversar com alguns dos juízes, para garantir a vitória do ex-governador indicado por ele, 18 meses antes de deixar o poder.

Roriz é também o candidato apoiado pelo presidente Fernando Collor. Ao lado do lobby político, os ministros enfrentavam ainda a pressão por eles mesmos considerada legítima opinião pública, que aponta Roriz como o preferido do eleitorado brasiliense para as eleições de três de outubro. O próprio presidente do TSE, ministro Sydney Sanches, chegou a admitir dias antes do julgamento que a opinião pública "influencia na posição dos ministros". Apesar de Roriz ter mais de 50% em todas as pesquisas de opinião realizadas em Brasília, o lobby

político foi o fator decisivo do julgamento de quarta-feira, facilitado também pela falta de clareza da legislação.

Até o ex-presidente João Figueiredo agiu junto aos ministros do TSE em favor de

Roriz. Segundo fontes do Tribunal, o ex-presidente José Sarney também telefonou para o ministro Sydney Sanches a pretexto de informar-se da situação do amigo que ele colocou no Palácio do Buriti. Sarney também falou com o ministro Célio Borja, seu assessor especial no Palácio do Planalto, com quem jantou uma semana antes do julgamento no sítio do Pericumã, para falar sobre Roriz. No meado por Sarney para o Supremo Tribunal Federal (STF) como ministro, Célio Borja respondeu ao ex-presidente, na ocasião, que ainda não havia formado convicção sobre o caso.

Fontes da Justiça Eleitoral sustentam, porém, que a decisão de quarta-feira do TSE foi provocada muito mais por uma lacuna jurídica do que propriamente devido ao lobby político. Enquanto o parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição proíbe a candidatura de ex-governadores, presidentes e prefeitos para o período subsequente, nenhuma legislação complementar específica exatamente o que venha a ser "período subsequente". O maior impasse do julgamento do recurso apresentado por Roriz contra a decisão do TRE que o declarou inelegível foi definir o que o constituinte queria dizer com "período subsequente".